UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL
Av. Marechal Campos, 1468 – Bonfim/Maruípe - Vitória – ES
CEP: 29.040 -090 – Tel / Fax: (27)3335 – 7219

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO TRANSVERSAL DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

POLÍTICAS PÚBLICAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sistema Único de Saúde: gestão, controle social, financiamento e assistência (atenção básica, média e alta complexidade). Políticas de atenção à saúde da Criança e do adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Práticas Integrativas. Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil.

REFERÊNCIAS

1. BAHIA, L. A privatização no sistema de saúde brasileiro nos anos 2000: tendências e justificação. In: SANTOS, N. R. dos.; AMARANTE, P. D. de C. (orgs). **Gestão Pública e a relação público privada na saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2010. Disponível em: www.idisa.org.br/img/File/GC-2010-RLLIVRO%20CEBES-2011.pdf. p. 115-128. . Acesso em 07 de outubro de 2018.
2. BOTTEGA, C. G; CASTRO, T. da C. M. Cuidado. In: CECIM, R.B. et al (orgs). **EnSiQlopedia das residências em saúde** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. 366 p. (Série Vivências em Educação na Saúde). p. 56 a 60.
3. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS.** Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011. 223 p. Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011.
4. BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.**
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS** - PNPIC-SUS. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. Série B. Textos Básicos de Saúde.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança**: crescimento e desenvolvimento. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p. Cadernos de Atenção Básica, nº 33.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à

Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p. Cadernos de Atenção Básica, n. 39.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 234 p.
12. CAMPOS, G. W. de S. Modo de coprodução singular do Sistema Único de Saúde: impasses e perspectivas. In: SANTOS, N. R. dos; AMARANTE, P. D. de C (orgs). **Gestão Pública e a relação público privada na saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2010. Disponível em: www.idisa.org.br/img/File/GC-2010-RLLIVRO%20CEBES-2011.pdf. p. 294-302. Acesso em 07 de outubro de 2018.
13. JUNIOR, A. P.; MENDES, Á. N. **O Financiamento do Fundo Nacional de Saúde: Uma análise dos recursos financeiros da Média e Alta Complexidade do SUS**. Disponível em: http://www.politicaemsaude.com.br/anais/trabalhos/publicacoes/185.pdf. Acesso em 07 de outubro de 2018.
14. MEDEIROS, R. H. A. de. O que é demandado com integralidade na formação do profissional da área da saúde? In: **Brasil. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição Residências em saúde: fazeres & saberes na formação em saúde.** FAJARDO, A. P; ROCHA, C. M. F.; PASINI, V. L. (orgs). Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2010. p. 161-172.
15. MELLO, V. R. C de. Controle Social. In: CECIM, R.B. et al (orgs). **EnSiQlopedia das residências em saúde** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. 366 p. (Série Vivências em Educação na Saúde).p. 53 a 55.
16. MENDES, A; MARQUES, R. M. O financiamento do SUS sob os "ventos" da financeirização. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 841-850, Junho 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid =S1413- 81232009000300019&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 31 de outubro de 2017.
17. SILVA, L. B. Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. In: **Revista Katálysis.** Florianópolis, v. 21, n. 1, jan./abr. 2018. p. 200-209. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n1p200. Acesso em 07 de outubro de 2018.

EPIDEMIOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Processo Saúde-Doença, Medidas de Prevenção e Promoção da Saúde. Medida da Saúde Coletiva. Epidemiologia Clínica. A Pesquisa Epidemiológica e os Desenhos de Pesquisa. Causalidade em Epidemiologia. Testes diagnósticos: Sensibilidade, Especificidade e Valores Preditivos. Vigilância em Saúde. Epidemiologia das Doenças Transmissíveis. Epidemiologia das Doenças Não Transmissíveis. Epidemiologia Aplicada ao Curso da Vida: Perinatal, Infância e Adolescência.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA FILHO, N; BARRETO, ML. *Epidemiologia & Saúde:* Fundamentos, Métodos e Aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. **Capítulos 8, 9, 10, 12, 14, 37, 38 e 59**
2. BONITA, R; BEAGLEHOLE, R; KJELLSTROM, T. *Epidemiologia Básica*. 2 ed. São Paulo: Ed. Santos, 2013. **Capítulos 2, 3, 5, 6, 7 e 8.**
3. FRANCA, Elisabeth Barboza et al. Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença. ***Rev. bras. epidemiol.*** [online]. 2017, vol.20, suppl.1, pp.46-60.
4. ROUQUAYROL, MZ; GURGEL, M. *Epidemiologia & Saúde*. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. **Capítulos 3, 8, 11, 12, 14, 17.**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

Área de Formação: ENFERMAGEM

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos legais no cuidado à criança, ao adolescente e à família. Políticas Públicas e Programas de Saúde direcionados à criança e ao adolescente. Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. A criança, o adolescente e a família no processo de hospitalização. Cuidados de enfermagem nas intercorrências clínicas e cirúrgicas da criança e do adolescente. Cuidados de enfermagem à criança e ao adolescente em situações de urgência e de emergência. Consulta de Enfermagem e Visita Domiciliar à criança e ao adolescente. O brinquedo terapêutico em pediatria. Cuidados de enfermagem à criança e ao adolescente com necessidades especiais. Prevenção de acidentes na infância e na adolescência. Sistematização da Assistência de Enfermagem em Pediatria. Segurança do paciente em pediatria.

REFERÊNCIAS

1. BOWDEN, VR; GREENBERG, CS. **Procedimentos de enfermagem pediátrica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. xxi, 765 p.
2. BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendário Nacional de Imunização 2017.** Disponível em: http://portalms.saude.gov.br/acoes-e-programas/vacinacao/calendario-vacinacao
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Humaniza SUS: **Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/diverpsi/arquivos/pnh-2004.pdf
5. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei nº 7.498, de 25 de julho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.** D.O.U. 1986 jul. 26: seção 1; 9273-5.
6. FUJIMORI, E; OHARA, CVS. **Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica.** Barueri, SP: Manole, 2009. XVIII, 548 p.
7. HOCKENBERRY, Marilyn J. (Ed.). **Wong fundamentos de enfermagem pediátrica.** 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
8. MARCONDES, E. **Pediatria básica.** 9ª. Ed. São Paulo: Sarvier, 2002-2005 3v.
9. SABATES, AL; ALMEIDA, FA. **Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital.** Barueri, SP: Manole, 2008. XXVI, 421 p.
10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA. **Protocolo vitória da vida: atenção à saúde da criança; 2009** / Área Técnica Saúde da Criança. Prefeitura de Vitória, Secretaria Municipal de Saúde, GAS. Vitória: SEMUS, 2009. Disponível em: www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20120127_protocolo_saude_crianca.pdf

Área de Formação: FARMÁCIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Deontologia e Legislação Farmacêutica. Assistência Farmacêutica. Farmacocinética e Farmacodinâmica. Farmacoterapia (antimicrobianos, analgésicos e anti-inflamatórios) Farmacovigilância. Interações medicamentosas. Boas Práticas de manipulação e

armazenamento. Preparações estéreis e não estéreis em farmácia hospitalar. Boas práticas em farmácia hospitalar e serviços de saúde. O farmacêutico no controle da infecção hospitalar. Segurança do Paciente. Atribuições Clínicas do Farmacêutico.

REFERÊNCIAS

1. ALLEN, L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. **Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos.** 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. xii, 716 p.

2.BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada n.º 67, de 08 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinais para Uso Humano em farmácias.** Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/resolucao67_08_10_07.pdf>

3.BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>

4.BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução n.º 596, de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares.** Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>

5.BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998, suas complementações e atualizações. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.** Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/talidomida/legis/Portaria_344_98.pdf>

6.BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 4.283, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais.** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html>

7.BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html>

8.BRASIL. Ministério da Saúde. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente** / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 40 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_segurança.pdf>

9.BRUNTON, L. L. (Org.). **As Bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman.** 12. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2012. xxi, 2079 p.

10.FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita (Ed.). **Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. xix, 1261 p.

11.GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. **Ciências Farmacêuticas – Uma abordagem em Farmácia Hospitalar.** Ed. Ateneu, 2001.

12.MANZINI, F. et al. **O Farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS: diretrizes para ação.** Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2015. Disponível em: < http://www.cff.org.br/userfiles/file/livro.pdf>

13. SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR. **Guia de Boas Práticas em Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, 2009. 356p.

14.SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR. **Padrões Mínimos para Farmácia Hospital e Serviços de Saúde.** Goiânia, 2007, 20p. Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/4f7baaa6b63d5.pdf>

15. VARALLO, F.R.; Mastroianni, P.C. **Farmacovigilância: Da teoria à prática.** São Paulo: Editora Unesp, 2013. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/113722/ISBN9788539304158.pdf?sequence=1

Área de Formação: FISIOTERAPIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Atuação do fisioterapeuta na atenção primária. Avaliação do desenvolvimento e da funcionalidade de crianças com incapacidades. Intervenção fisioterapêutica motora nas principais condições de saúde da infância. Avaliação e intervenções fisioterapêuticas em pediatria no ambiente hospitalar. Cuidados com o bebê de alto risco.

REFERÊNCIAS

1. BISPO JÚNIOR, J. P. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. Ciência & Saúde Coletiva. 2010; 15(Suppl.1):1627-1636. https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000700074
2. CAMPBELL, S. K.; PALISANO, R. J.; ORLIN, M. **Physical therapy for children.** 4ª ed. São Louis: Missouri Sauders Elsevier, 2012.
3. CURY, V. C. R.; BRANDÃO, M. B. **Reabilitação em Paralisia Cerebral.** 1ª ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2011.
4. FONSECA, L. F.; LIMA, C. L. A. **Paralisia cerebral. Neurologia, ortopedia, reabilitação.** 2ª ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2008.
5. JOHNSTON, C.; et al. **I Recomendação brasileira de fisioterapia respiratória em unidade de terapia intensiva pediátrica e neonatal.** Rev Bras Ter Intensiva. 2012; 24(2):119-129. http://dx.doi.org/10.1590/S0103507X2012000200005
6. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção Humanizada ao Recém-nascido. Método Canguru: diretrizes do cuidado** / Ministério da Saúde. 2018
7. Organização Mundial de Saúde (OMS). **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade**, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP, 2003.
8. POSTIAUX, G. **Fisioterapia respiratória pediátrica: o tratamento guiado pela ausculta pulmonar.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
9. PRYOR, Jennifer A.; WEBBER, B. A. (Ed.). **Fisioterapia para problemas respiratórios e cardíacos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
10. SARMENTO, G. J. V. (Org.). **Fisioterapia respiratória em pediatria e neonatologia.** 2ª ed. Barueri: Manole, 2011.

Área de Formação: FONOAUDIOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Desenvolvimento da linguagem na infância. Aquisição ontogênica da leitura e da escrita; fases do desenvolvimento da leitura e da escrita; rotas utilizadas para a leitura; processamento fonológico como habilidade necessária à alfabetização. Deglutição e disfagias em neonatos. Respiração oral. Disfunção mastigatória. Frênulo da língua. Anatomofisiologia e desenvolvimento da voz. Distúrbios vocais e reabilitação fonoaudiológica (nascimento à adolescência. Políticas de Saúde Auditiva e de Saúde do Escolar. Avaliação eletrofisiológica da audição.

REFERÊNCIAS

1. BEHLAU, M. et al. **Aperfeiçoamento vocal e tratamento Fonoaudiológico das disfonias**. IN: Behlau, M. (org.). Voz: O livro do especialista. V 2. Rio de Janeiro: Revinter; 2010.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal.** Brasília, DF, 2012. Disponível em http://www.sbp.com.br/src/uploads/2015/02/field_generico_imagens-filefield-description_69.pdf

3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde na escola**. Brasília, DF, 2009. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 13002, de 20 de junho de 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 23 jun. 2014. Seção 1, p. 4, edição extra.
5. MARCHESAN, I.Q.; SILVA, H.J.; TOMÉ, M.C.T. (org.). **Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia.** São Paulo: Guanabara Koogan, 2014.

Área de formação: NUTRIÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Alimentação e nutrição de pré-escolares e escolares. Promoção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar. Avaliação e educação nutricional de crianças e adolescentes. Cuidados com o lactente: aspectos fisiológicos e nutricionais. Gravidez na adolescência: aspectos nutricionais e desfechos associados. Nutrição e Câncer Infantil. Nutrição e Autismo. Terapia nutricional na atenção especializada hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33) Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab33>
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica** 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 32p. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/orientacao_marcadores_consumo_alimentar>
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde: manual de implementação** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_nacional_promocao_aleitamento_materno.pdf>
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Manual de terapia nutricional na atenção especializada hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 60p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_terapia_nutricional_atencao_hospitalar.pdf
5. FARPOUR-LAMBERT N.J.; ELLS L.J.; MARTINEZ DE TEJADA B.; SCOTT C. Obesity and Weight Gain in Pregnancy and Postpartum: an Evidence Review of Lifestyle Interventions to Inform Maternal and Child Health Policies. ***Front Endocrinol*** (Lausanne). 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6168639/pdf/fendo-09-00546.pdf>
6. INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Consenso Nacional de Nutrição Oncológica: paciente pediátrico oncológico. – Rio de Janeiro: Inca, 2014. 90p. Disponível em:<https://www.sbno.com.br/UploadsDoc/Consenso_Nacional_Nutricao_Oncologica_paciente_pediatrico_oncologico.pdf

7. LEAL, M.; NAGATA M.; CUNHA, M. N.; PAVANELLO, U.; FERREIRA, N. V. R. Terapia nutricional em crianças com transtorno do espectro autista. **Cad. Esc. Saúde**, Curitiba, V.1 N.13: 1-13, 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernossaude/article/view/2425/1995>
8. NOVAES, J.F.; RIBEIRO, S.A.V.; PRIORE, S.E.; FRANCESCHINI, S.C. **Nutrição e Saúde da Criança.** Rio de Janeiro: Rubio, 2018.
9. PRIORE, E. P.; OLIVEIRA, R. M. S.; FARIA, E. R.; FRANCESCHINI, S. C.; PEREIRA, P. F. **Nutrição e saúde na adolescência**. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.
10. VÍTOLO, Mr. **Nutrição: da gestação ao envelhecimento.** Rio de Janeiro: Rubio, 2014, 2 edição 576 p.

Área de formação: ODONTOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios de Psicologia aplicada à Odontopediatria. Exame clínico, Radiologia, Diagnóstico e Plano de Tratamento. Cárie dentária na infância. Flúor – Uso interno e Uso externo. Higiene bucodental em Odontopediatria. Anestesia local em crianças. Cirurgia em Odontopediatria. Tratamento endodôntico em decíduos. Dentística e Materiais dentários em Odontopediatria. Tratamento Restaurador Atraumático. Lesões traumáticas em dentes decíduos.

REFERÊNCIAS

1. GUEDES-PINTO, A. C. Odontopediatria. 9 ed. São Paulo: Santos, 2016. **Cap. 10-Princípios de Psicologia e sua relação com a Odontopediatria. Cap. 13 - Métodos empregados para conhecer e relacionar-se com crianças. Cap. 14 -Manejo da criança no consultório. Cap. 18 -Exame, Diagnóstico e Plano de Tratamento. Cap. 19 - Radiologia e imaginologia. Cap. 21 - Cárie dentária. Cap. 25 - Flúor – Uso interno. Cap. 26 - Flúor – Uso externo. Cap. 29 - Anestesia local. Cap. 30 - Cirurgia em odontopediatria. Cap. 31 - Tratamento endodôntico em decíduos. Cap. 33 – Dentística. Cap. 34 - Materiais dentários em Odontopediatria.**
2. GUEDES-PINTO, A. C.; BONECKER, M.; RODRIGUES, C. R. M. D. (Org.). Fundamentos de Odontologia: Odontopediatria. São Paulo: Santos, 2010. **Cap. 16 - Lesões traumáticas na dentição decídua.**
3. TOLEDO, O. A. Odontopediatria – Fundamentos para a prática clínica. 4. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2012. **Cap. 11 - Tratamento Restaurador Atraumático.**

Área de formação: PSICOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Políticas públicas de saúde voltadas à crianças e adolescentes. A assistência em saúde mental à crianças e adolescentes. O papel do psicólogo nas políticas de saúde infanto-juvenil. A atuação em saúde na atenção básica, secundária e terciária: desafios à psicologia. Promoção da saúde e proteção de crianças e adolescentes no âmbito da saúde pública: garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

1. BATISTA, M N; DIAS, R. R. Psicologia Hospitalar: Teorias, aplicações e casos clínicos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.**Cap. 9: Atuação Psicológica em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, e Cap. 10: Enfermaria de pediatria: avaliação e intervenção Psicológica.**

2. BRASIL. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde.** Brasília: MS; 2010. Disponível em: http://www1.saude.rs.gov.br/dados/1295448630492Diretrizes%20MS.pdf
3. BRASIL. Ministério da saúde (BR), Secretaria de atenção à saúde. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil.** Brasília: 2005. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/caminhos.pdf
4. CAVALCANTE, C. M.; JORGE, M. S. B.; SANTOS, D. C. M. dos. Onde está a criança? desafios e obstáculos ao apoio matricial de crianças com problemas de saúde mental. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 1, p. 161-178, 2012.
5. DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**, 5(1), 95-122, 2000.
6. KUCZYNSKI, E. Suicídio na infância e adolescência. **Psicol. USP**, São Paulo , v. 25, n. 3, p. 246-252, Dec. 2014.
7. MACEDO, J. P. S.; FONTENELE, M.G.; DIMENSTEIN, M. Saúde Mental Infantojuvenil: Desafios da Regionalização da Assistência no Brasil. **Polis e Psique**, v. 8, p. 112-131, 2018.
8. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife , v. 1, n. 2, p. 91-102, Aug. 2001.
9. SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciencia & Saude Coletiva**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 3, p. 707-717, Sept. 2005.
10. TEIXEIRA, M. R.; COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. Atenção básica e cuidado colaborativo na atenção psicossocial de crianças e adolescentes: facilitadores e barreiras. **Ciencia & Saude Coletiva**, v. 22, p. 1933-1942, 2017.

Área de Formação: SERVIÇO SOCIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Seguridade Social e marcos jurídicos institucionais após a Constituição Federal de 1988 – particularidades da Política de Saúde. Trabalho e formação profissional do Serviço Social: desafios no atual contexto. Ética e Legislação Profissional. Serviço Social e Política de Saúde: atribuições e competências profissionais.

REFERÊNCIAS

1. BALDOW, L. O. As profissões em saúde e o Serviço Social: desafios para a formação profissional. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.15, n.2, p.212-220, jul/dez, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/D247667/Downloads/Dialnet-AsProfissoesEmSaudeEOServicoSocialDesafiosParaAFor-4151654.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2018.
2. BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2018.
3. BRAVO, Maria Inês Souza. A privatização da saúde nos governos do partido dos trabalhadores (PT). In: **5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social.** CFESS, Brasília (DF) – 2018. Acesso Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2018CFESS-5EncontroSeguridade.pdf (acesso em 15 out. 2018)
4. CASTRO, M. M. de C. e. Serviço Social e Cuidado em Saúde: uma articulação necessária. In: **Libertas**. Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, jan-dez, 2006 p.128 -148. Disponível em <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1769>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

5. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, nº 2, Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2018.
6. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social**. 1ª edição ampliada, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2018.
7. GUIMARÂES, N. S. do R. Política de saúde e os desafios para o trabalho da/o assistente social. n: **5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social.** CFESS, Brasília (DF) – 2018. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2018CFESS-5EncontroSeguridade.pdf (acesso em 15 out. 2018)
8. IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2008. p. 335-432
9. MOTA, A. E. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In: MOTA, A. E. (Org.). et al. **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.40-48. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-2.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2018.
10. VASCONCELOS, A. M. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde In: MOTA, A. E. (Org.). et al. **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. Ministério da Saúde, 3° ed., São Paulo: Cortez 2008. p. 242- 272.Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-5.pdf>. Acesso em 15 outubro. 2018.

Área de formação: TERAPIA OCUPACIONAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Terapia Ocupacional e Saúde mental. Terapia Ocupacional Escolar. Terapia Ocupacional e atenção básica. Atuação da terapia Ocupacional com RN e prematuridade. Brincar. Hospitalização. Tecnologia Assistiva. Desenvolvimento infantil. Família. Relação TO/paciente.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, A. S.; FALCÃO, I. V. A compreensão de profissionais da atenção primária à saúde sobre as práticas da terapia ocupacional no NASF. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 33-42, 2017. Disponível em: http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/0104-4931.ctoAO0779.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde.** Volume 4. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em http://www.redeblh.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=408
3. BRUNELLO, M.I.B. **Transtorno emocional infantil.** In: CAVALCANTI A, GALVÃO, C. Terapia ocupacional: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.p. 308-313.
4. CASTRO, E.D. **Relação terapeuta paciente.** In: CAVALCANTI A, GALVÃO, C. Terapia ocupacional: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
5. COELHO, ZAC; REZENDE, MB. **Atraso no Desenvolvimento.** In: CAVALCANTI A, GALVÃO, C. Terapia ocupacional: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 299-307.
6. DITTZ, E. S.; ROCHA, L. L. B. Terapia Ocupacional em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal e Pediatrica. In: DE CARLO, M. M. R. DO PRADO.; KUDO, A. M. **Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos.** São Paulo : Editora Payá, 2018. Cap. 12. p. 311-328

7. FONSECA, M.E.D.; SILVA, A.C.D. Concepções e uso do brincar na prática clínica de terapeutas ocupacionais. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 3,2015. p. 589-597.
8. IDE M.G., YAMAMOTO B.T.Y.; SILVA, C.C.B. Identificando possibilidades de atuação da terapia ocupacional na inclusão escolar. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 323-332, 2011.
9. MATSUKURA, T. S. et al. Fatores de risco e proteção à saúde mental infantil: o contexto familiar. **Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 122-129, maio/ago. 2012.
10. MATSUKURA, T. S.; FERNANDES, A. D. S. A.; CID, M. F. B. Fatores de risco e proteção à saúde mental infantil: o contexto familiar. **Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 122-129, maio/ago. 2012.
11. PERUZZOLO, D. L.; ESTIVELT, K. M.; MILDNER, A. R.; SILVEIRA, M. C. Participação da Terapia Ocupacional na equipe do Programa de Seguimento de Prematuros Egressos de UTINs. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 151-161, 2014. Disponível em: http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/976
12. ROCHA, E. F.; PAIVA, L. F. A.; OLIVEIRA, R. H. Terapia ocupacional na Atenção Primária à Saúde: atribuições, ações e tecnologias. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 351-361, 2012. Disponível em: http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/679/393
13. SILVA C.C.B.; JURDI A.P.S; PONTES F.V. Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade: possibilidades de atuação da terapia ocupacional em contextos educacionais. **Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo, v. 23, n. 3, p. 283-8, set./dez. 2012.
14. SILVA, CCB; RAMOS, LZ. Reações dos familiares frente à descoberta da deficiência dos filhos. **Cad. Ter. Ocup.** da UFSCar, São Carlos, V. 22, n. 1, 2014. p.15-23.
15. SILVEIRA, AM; JOAQUIM, RHVT; CRUZ, DMC. Tecnologia Assistiva para a Promoção de Atividades da Vida Diária com Crianças em Contexto Hospitalar. **Cad. Ter. Ocup**. UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 2, p. 183-190, 2012
16. TAKATORI, M; OSHIRO, M; OTASHIMA, C. O **Hospital e a Assistência em Terapia Ocupacional com a População Infantil.** In: CARLO, MMRP; LUZO, MCM. Terapia Ocupacional – Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. São Paulo: Roca, 2004. Cap. 11
17. VICENTIN, M.C.G. Infância e adolescência: uma clínica necessariamente ampliada. **Rev. Ter. Ocup.** Univ. de São Paulo, São Paulo, v.17,n.1, p. 10-17, jan./abr. 2006.